



Uirapuru
Transmissora de Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

CNPJ Nº 07.003.112/0001-45

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR, CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. UIRAPURU EM NÚMEROS	4
3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	4
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente.....	10
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. Contexto Operacional	12
2. Base de Preparação	12
3. Políticas Contábeis Materiais	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5. Clientes	16
6. Ativo de Contrato	16
7. Fornecedores	16
8. Tributos	17
9. Pesquisa e Desenvolvimento	18
10. Provisões para litígios e passivos contingentes	18
11. Patrimônio Líquido	18
12. Receita Operacional Líquida	19
13. Custos e Despesas Operacionais	19
14. Resultado Financeiro	20
15. Instrumentos Financeiros	20
16. Partes Relacionadas	21
17. Seguros	21
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	22
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Uirapuru Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru ou Companhia), instituída em setembro de 2004, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

2. UIRAPURU EM NÚMEROS

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	31.12.2025	31.12.2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	199.012	203.715	(2,3)
Caixa e equivalentes de caixa	55.822	53.571	4,2
Receita operacional bruta	19.696	30.007	(34,4)
Deduções da receita	(2.004)	(1.989)	0,8
Receita operacional líquida (ROL)	17.692	28.018	(36,9)
Custos e despesas operacionais	(2.162)	(3.048)	(29,1)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	15.530	24.970	(37,8)
Ebitda ou Lajida (a)	15.549	24.989	(37,8)
Resultado financeiro	7.764	4.989	55,6
IRPJ/CSLL	3.244	2.607	24,4
Lucro operacional	23.294	29.959	(22,2)
Lucro líquido do exercício	20.050	27.352	(26,7)
Patrimônio líquido	185.120	189.320	(2,2)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	12,0	8,8	36,4
Liquidez geral (índice)	14,3	14,1	1,4
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	87,9	89,2	(1,5)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	131,7	106,9	23,2
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	113,3	97,6	16,1
Participação de capital de terceiros (%)	7,0	7,1	(1,4)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	10,8	14,4	(25,0)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Uirapuru, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]³, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

3.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website: <https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

3.2. Dimensão Social

A Uirapuru, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

• Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispendo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

3.3. Dimensão Ambiental

A Uirapuru, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, atua de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Uirapuru foi constituída quando participou do Leilão nº 01/2004 da Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, na licitação pública para outorga de concessão de novas linhas de transmissão de energia elétrica. Sagrou-se a vencedora do Lote B do Edital, que previa a construção da Linha Ivaiporã - Londrina Circuito 2, no Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil.

Em 04.03.2005 a Uirapuru assinou o Contrato de Concessão para o Serviço Público de Transmissão de Energia nº 002/2005 – Aneel, com vencimento em 04.03.2035, para a construção, operação e manutenção da referida linha, em 525 kV de tensão, com extensão aproximada de 120 km de comprimento, segundo circuito, com origem na Subestação de Ivaiporã e término na Subestação de Londrina, utilizando 270 torres para sustentação dos cabos e passando pelo território de 10 municípios paranaenses.

A construção da linha de transmissão foi efetuada ao longo de 2005 e parte de 2006 e em 09.07.2006 o empreendimento iniciou a operação comercial, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP, previstas no Contrato de Concessão nº 002/2005, firmado com a Aneel. Adicionalmente, em julho de 2006, a Uirapuru celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 011/2005 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias							
Contrato nº 002/2005							
LT Ivaiporã - Londrina ESUL	100%	CS	525k	122	—	09.07.2006	05.03.2035
				122	—		

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
Linhas e Subestações próprias						
Contrato nº 002/2005						
LT Ivaiporã - Londrina ESUL	100%	28.852	28.852	2.021	Julho	IGPM

RAP Realizada e Esperada

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Integral							
Contrato nº 002/2005	26.959	28.852	28.852	28.852	28.852	28.852	28.852
Total	26.959	28.852	28.852	28.852	28.852	28.852	28.852

* Valores correntes nominais até 2025. A partir de 2026, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2025.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

5.1. Receita Operacional Líquida

Em 2025, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 17.692, representando decréscimo de 36,9% em relação a 2024 (R\$ 28.018), devido principalmente ao menor IGPM em 2025.

5.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2025, os custos e despesas operacionais reduziram em R\$ 886, devido principalmente ao decréscimo das perdas de crédito esperadas e ao custo de construção.

	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	244	291	(47)	(16,2)
Material	34	21	13	61,9
Serviços de terceiros	1.460	1.492	(32)	(2,1)
Depreciação e amortização	19	19	—	—
Perdas de créditos, provisões e reversões	14	681	(667)	(97,9)
Custo de construção	52	160	(108)	(67,5)
Outros custos e despesas operacionais	339	384	(45)	(11,7)
	2.162	3.048	(886)	(29,1)

5.3. EBITDA ou LAJIDA

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	20.050	27.352
Despesas com tributos sobre os lucros	3.244	2.607
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(7.764)	(4.989)
Lajir/Ebit	15.530	24.970
Depreciação e Amortização	19	19
Lajida/Ebitda	15.549	24.989
Receita Operacional Líquida - ROL	17.692	28.018
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	87,89 %	89,19 %

5.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 2.775 devido principalmente ao aumento do rendimento em aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.822	53.571
Clientes	5	2.952	2.739
Ativos de Contrato	6	9.115	8.489
Outros créditos		398	116
Estoques		—	201
Imposto de renda e contribuição social		1.747	1.057
Despesas antecipadas		5	24
		70.039	66.197
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativos de Contrato	6	128.835	137.361
		128.835	137.361
Imobilizado		137	148
Intangível		1	9
		128.973	137.518
TOTAL DO ATIVO		199.012	203.715

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	16	67	60
Fornecedores	7	164	339
Imposto de renda e contribuição social	8	211	233
Outras obrigações fiscais	8	93	89
Dividendos a pagar	11.4	4.762	6.496
Encargos setoriais a recolher		126	114
Pesquisa e desenvolvimento	9	418	129
Outras contas a pagar		10	20
		5.851	7.480
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	7.915	6.591
Pesquisa e desenvolvimento	9	126	324
		8.041	6.915
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	98.000	98.000
Reserva legal	11.3	14.243	13.241
Reserva de retenção de lucros	11.3	58.591	58.591
Dividendo adicional proposto	11.4	14.286	19.488
		185.120	189.320
TOTAL DO PASSIVO		199.012	203.715

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	17.692	28.018
Custos Operacionais	13	(1.630)	(1.733)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		16.062	26.285
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	13	(14)	–
Despesas gerais e administrativas	13	(419)	(538)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(99)	(777)
		(532)	(1.315)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		15.530	24.970
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		7.791	5.023
Despesas financeiras		(27)	(34)
		7.764	4.989
LUCRO OPERACIONAL		23.294	29.959
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.1		
Imposto de renda e contribuição social		(1.920)	(2.725)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.324)	118
		(3.244)	(2.607)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.050	27.352
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	11.2	0,20459	0,27911

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20.050	27.352
Outros resultados abrangentes	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	20.050	27.352

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2024		98.000	11.873	58.591	11.528	—	179.992
Lucro do exercício		—	—	—	—	27.352	27.352
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	(11.528)	—	(11.528)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	11.2	—	1.368	—	—	(1.368)	—
Dividendos mínimo obrigatório	11.3	—	—	—	—	(6.496)	(6.496)
Dividendo adicional proposto	11.4	—	—	—	19.488	(19.488)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		98.000	13.241	58.591	19.488	—	189.320
Lucro do exercício		—	—	—	—	20.050	20.050
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	(19.488)	—	(19.488)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	11.2	—	1.002	—	—	(1.002)	—
Dividendos	11.3	—	—	—	—	(4.762)	(4.762)
Dividendo adicional proposto	11.4	—	—	—	14.286	(14.286)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		98.000	14.243	58.591	14.286	—	185.120

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		20.050	27.352
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		17	30
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(10.577)	(20.529)
Imposto de renda e contribuição social	8.1	1.920	2.725
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	1.324	(118)
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	9.2	259	250
Depreciação	13	18	19
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	13	14	681
		13.025	10.410
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		18.302	17.198
Outros créditos		(282)	(10)
Estoques		201	—
Imposto de renda e contribuição social		(690)	40
Outros tributos a recuperar		—	—
Despesas antecipadas		19	19
		17.550	17.247
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas	16	7	(46)
Fornecedores		(227)	(69)
Outras obrigações fiscais		4	—
Encargos setoriais a recolher	9	12	69
Pesquisa e desenvolvimento	9.2	(185)	(166)
Outras contas a pagar		(9)	5
		(398)	(207)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		30.177	27.450
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.942)	(2.713)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		28.235	24.737
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		—	—
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(25.984)	(15.370)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(25.984)	(15.370)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.251	9.367
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	53.571	44.204
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	55.822	53.571
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.251	9.367

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de - de Energia nº 002/2005 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 04.03.2035.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24.03.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NEs nº 3.3 e 5 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nº 3.4 e 10 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.5 e 12 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Ativos de Contrato

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão. Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa parcela suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa implícita de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro na fase de construção e da projeção da RAP a ser recebida, líquida da estimativa da contraprestação variável (Parcela Variável - PV) e da parcela destinada a remunerar a Operação e Manutenção – O&M. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6), e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

Após o início da operação comercial, na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente à receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é transferido para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

3.3.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5. Reconhecimento da receita

3.5.1. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, conforme detalhado na NE nº 3.2.

3.5.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica é reconhecida receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6. Receita, margem e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra no fim de cada período, mensurada com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados dos contratos de concessão de transmissão.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão

3.8. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.9. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);

- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	2.198	2.096
Aplicações financeiras de liquidez imediata	53.624	51.475
	55.822	53.571

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 99,70% e 101,00% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
Encargos de uso da rede elétrica	2.590	9	1.032	3.631	3.651
(-) Perdas de créditos esperadas	(2)	-	(677)	(679)	(912)
	2.588	9	355	2.952	2.739

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de Contrato

	Total
Em 1º.01.2024	142.914
Adições	20.689
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(17.753)
Em 31.12.2024	145.850
Adições	10.629
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(18.529)
Em 31.12.2025	137.950
	Circulante 9.115
	Não circulante 128.835

6.1. Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2025	31.12.2024
Margem de construção	1,65 %	1,65 %
Margem de operação e manutenção	1,65 %	1,65 %
Taxa de remuneração (a)	8,33% a.a.	8,33% a.a.
Índice de correção dos contratos	IGPM	IGPM
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	28.715	26.831

(a) Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

7. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

8. Tributos

	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	211	233
PIS/Pasep e Cofins	84	82
Outros tributos	9	7
	304	322
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	4.249	4.492
Rendimentos de aplicações financeiras	3.666	2.099
	7.915	6.591

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2026	(546)
2027	(546)
2028	(546)
2029	(546)
2030	(546)
2031 a 2033	(1.637)
Após 2033	(3.548)
	(7.915)

8.1. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento regulatório	27.988	27.988	27.071	27.071
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	2.239	3.359	2.166	3.249
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	7.791	7.791	5.023	5.023
(-) Receita Financeira Provisionada	(4.610)	(4.610)	611	611
(=) Base de cálculo	5.420	6.540	7.800	8.883
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %		10 %	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	1.331	589	1.926	799
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	(7.891)	(7.891)	2.927	2.927
Alíquota	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	(631)	(947)	234	351
Receita Financeira Provisionada	4.610	4.610	(611)	(611)
(=) Base de cálculo	3.979	3.663	(377)	(260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	994	330	(95)	(23)

8.2. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

9. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

9.1. Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
FNDCT	–	17	–	17	16
MME	–	9	–	9	8
P&D	387	–	131	518	429
	387	26	131	544	453
			Circulante	418	129
			Não circulante	126	324

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

9.2. Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2024	8	4	327	339
Constituições	100	50	100	250
Juros	–	–	30	30
Recolhimentos	(92)	(46)	(28)	(166)
Em 31.12.2024	16	8	429	453
Constituições	104	52	103	259
Juros	–	–	17	17
Recolhimentos	(103)	(51)	(31)	(185)
Em 31.12.2025	17	9	518	544

10. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 não há provisões para litígios registradas na Companhia.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 a Companhia não possui passivos contingentes.

11. Patrimônio Líquido

11.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 98.000 (R\$ 98.000 em 31.12.2024) é composto por 98.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

11.2. Resultado por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido atribuído à acionista controladora	20.050	27.352
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	98.000.000	98.000.000
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,20459	0,27911

11.3. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

11.4. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	20.050	27.352
Reserva legal (5%)	(1.002)	(1.368)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	19.048	25.984
Dividendos mínimos obrigatórios	4.762	6.496
Dividendos adicionais propostos	14.286	19.488
Total de dividendos	19.048	25.984
Valor do dividendo por ação	0,19437	0,26514

11.5. Dividendo adicional proposto

Em 30.04.2025, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2024, no valor de R\$ 19.488. Em 16.01.2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição dos dividendos a partir da reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores não capitalizados, com pagamento de R\$ 40.000 realizado nesta mesma data.

12. Receita Operacional Líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Receita de operação e manutenção - O&M	12.580	12.036
Receita de juros efetivos	7.064	17.811
Receita de construção	52	160
Receita Operacional Bruta	19.696	30.007
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.022)	(988)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(259)	(250)
(-) Encargos setoriais	(724)	(751)
	17.692	28.018

13. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	-	-	(213)	-	(213)	(253)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(31)	-	(31)	(38)
Material	(16)	-	(18)	-	(34)	(21)
Serviços de terceiros	(1.398)	-	(62)	-	(1.460)	(1.492)
Depreciação e amortização	(10)	-	(9)	-	(19)	(19)
Provisões e reversões	-	(14)	-	-	(14)	(681)
Custo de construção	(52)	-	-	-	(52)	(160)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(154)	-	(85)	(99)	(339)	(384)
	(1.630)	(14)	(419)	(99)	(2.162)	(3.048)

14. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	7.776	5.014
Acréscimos moratórios sobre faturas	5	9
Outras receitas financeiras	11	—
	7.791	5.023
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D (NE nº 9.2)	17	30
Outras despesas financeiras	10	4
	27	34
Líquido	7.764	4.989

15. Instrumentos Financeiros

15.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	55.822	55.822	53.571	53.571
			55.822	55.822	53.571	53.571
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.952	2.952	2.739	2.739
			2.952	2.952	2.739	2.739
Total dos ativos financeiros			58.774	58.774	56.310	56.310
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)			164	164	339	339
Total dos passivos financeiros			164	164	339	339

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

a) Valor justo equivalente ao valor contábil em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

15.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

15.2.1. Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	55.822	53.571
Clientes (b)	2.952	2.739
	58.774	56.310

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar seus recursos em instituições financeiras com elevado rating em escala nacional, considerando as maiores agências de classificação que atuam no País.

(b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

15.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa. O saldo de fornecedores registrado tem previsão de liquidação de um mês após a data destas demonstrações financeiras.

16. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes de transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controlador				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Compartilhamento (a)	47	42	–	–
Dividendos	4.762	6.496	–	–
Contrato de operação e manutenção	–	–	(1.392)	(1.346)
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento (a)	20	18	–	–
Pessoal chave da administração				
Honorários	–	–	(12)	(13)
Encargos sociais	–	–	(2)	(4)

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

17. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Riscos Operacionais	24.08.2026	5.850
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 24 de março de 2026

MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO REZENDE

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

TATIANE RAMTHUN GUMZ

Contadora - CRC-PR-050498/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru), inscrita no CNPJ sob o nº 07.003.112/0001-45, sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba, Paraná, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Uirapuru de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Uirapuru de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

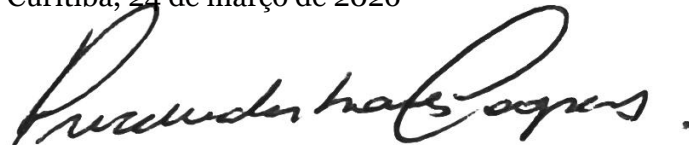
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

